



O ASSENTAMENTO ITAPIRA-GO: DA CONQUISTA DA TERRA AOS DESAFIOS NO LOTE

Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva

RESUMO

A pesquisa fala do modo como se deu a formação de um assentamento do município de Goiás. Investigou-se o processo que fez surgir o assentamento e as condições de moradia e de vida das famílias existentes nesse espaço, bem como a territorialização das famílias que moram nele, desde aquelas que participaram do processo de conquista de terra até aquelas que, posteriormente, acessaram os lotes do assentamento por meio de transações como compra e concessões. A criação de assentamentos rurais de reforma agrária é fruto de ações e políticas públicas contraditórias e reflete interesses conflituosos. Mesmo assim, considerando todos estes aspectos de contradições e conflitos de interesses, os assentamentos podem se constituir em referência para a efetivação do acesso à terra alterando a situação fundiária em municípios como o estudado. Percebemos que a convivência entre os moradores nas unidades produtivas é permeada desses conflitos de como se procedeu o acesso e a permanência no assentamento.

Palavras Chave: Assentamento; territorialização; lote.

EL ASENTAMIENTO ITAPIRA-GO: DE LA CONQUISTA DE LA TIERRA A LAS DIFICULTADES EN EL LOTE

RESUMEN

La investigación habla de cómo se llevó a cabo la conformación de un asentamiento en el municipio de Goiás. Se investigó el proceso que dio lugar al asentamiento y las condiciones de vida de las familias existentes en este espacio, así como la territorialización de las familias que lo habitan, desde las que participaron en el proceso de conquista de tierras hasta las que luego accedieron a los lotes del asentamiento a través de transacciones como compras y concesiones. La creación de asentamientos rurales de reforma agraria es el resultado de acciones y políticas públicas contradictorias y refleja intereses en conflicto. Aun así, considerando todos estos

aspectos de contradicções y conflictos de interés, los asentamientos pueden constituir un referente para el acceso efectivo a la tierra, cambiando la situación de tenencia de la tierra en los municipios estudiados. Nos dimos cuenta de que la convivencia entre los pobladores de las unidades productivas está permeada por estos conflictos sobre cómo se realizaba el acceso y la permanencia en el asentamiento.

Palavras llave: Assentamiento; territorialización; lote.

1. A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL E EM GOIÁS

“Eu nasci na roça, criei, passei uns anos na cidade [...] eu devo ter passado uns 20 anos na cidade, mas num esquece da roça, né? Aí quando eu voltei pra cá eu sei como é que planta, sei como é que colhe, sei como é que faz tudo. [...] Eu achei muito bom porque há uns quatro ano atrás eu num tinha nem um “cabelo de criação”. Hoje já tem uns trinta e poucas: tem galinha, tem porco, tem tudo, até os alimento, tem tudo, tem mandioca, tem alimento, tem cana, tem coco da Bahia, tem laranja, mexerica, tem uva, banana”.

Trecho de entrevista assentado lote 14, arquivos de trabalho de campo.

O fragmento acima descreve o que para o assentado constitui seu “paraíso pessoal”: um lugar do qual nunca se esqueceu e para o qual sonhou retornar nos vinte anos em que esteve na cidade. Dos textos clássicos até os estudos mais recentes sobre o campesinato, a atividade ligada ao plantio se apresenta como expressão marcante, seja na perspectiva da subsistência, sociocultural e também ligada à produtividade. A ocupação de terras tem sido importante mecanismo de reforma agrária no Brasil e consequentemente de democratização do acesso a terra por esses que, de outro modo, não fariam o caminho de volta.

No contexto de reforma agrária no Brasil, os assentamentos são a única face concreta de distribuição de terras executada no Brasil. Os movimentos sociais que se espalharam em todo o território brasileiro ao longo dos anos 1990 tem na ocupação de terras uma das suas formas de luta, impondo aos governos a realização de políticas de assentamentos rurais. Em relação a noção de assentamento Bergamasco e Norder traçam o contexto do surgimento desse conceito:

O termo “assentamento” apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas

unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e a vida comunitária. (BERGAMASCO E NORDE, 1996, p. 7)

A concretização do assentamento é um fator de criação de novas unidades de produção de base familiar. A questão da concessão se efetiva somente com o “certificado de propriedade¹”. Porém se há um longo caminho até o assentamento, de luta e resistência, a partir dessa efetivação novos níveis de dificuldades se colocam na vida dos camponeses. Para se manter na terra os assentados tem que vencer os desafios nos primeiros anos nos quais é necessário um grande esforço da família para tornar a unidade produtiva, se estabelecer e permanecer no assentamento. O conhecimento do espaço passa por mapear as condições de produção, os caminhos dessa escolha, a distribuição e comercialização dos produtos. Um conjunto de possibilidades que se impõe desde a estrutura do local do assentamento até os desejos dos assentados que podem cruzar com suas experiências do passado, mesmo em situação de agregação.

A pesquisa realizada por Medeiros e Leite (1999) esboça um conjunto complexo das dificuldades que as famílias em diferentes projetos de assentamentos rurais. Segundo os autores, a criação dos assentamentos rurais tem desafiado a “esfera local do poder público, na medida em que a ela, cada vez mais, dirigem reivindicações ligadas principalmente à infraestrutura básica, relacionadas à construção ou melhorias de estradas, saúde e educação e condições para escoamento da produção”. Por isso, inicialmente, os assentamentos rurais surgiram sob total responsabilidade e controle do poder executivo federal. Muitas áreas, como a do latifúndio que deu origem ao assentamento em questão, objeto de estudo que deu origem a esse texto, encontravam-se em completa inércia, era terras ociosas e improdutivas. Entretanto sabe-se que é possível

¹ Segundo informações disponíveis no INCRA: A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, instrumentos que asseguram o acesso à terra. O contrato de concessão de uso transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal. O título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado têm condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais.

que os assentamentos criem novas realidades sócio espaciais, alterando a dinâmica econômica local, regional e nacional, como analisou o geógrafo Paulo Alentejano:

(...) para a possibilidade de criação de novas formas de organização da agricultura familiar, tais como cooperativas de comercialização, organização coletiva do trabalho agrícola, mutirões de construção de infraestrutura e, principalmente pelo significado político que tem a constituição dos assentamentos, pois significam o embrião de um possível e amplo processo de reforma agrária, por apresentarem uma experiência prévia. (ALENTEJANO 1997, p. 26)

O assentamento rural como uma conquista dos movimentos socioterritoriais, é o lugar onde o acesso a terra e a mudança de vida de muitas famílias tomam uma materialidade concreta. Compreendemos o assentamento como lugar social de luta constante por transformações. O objetivo dos assentados ao fazer parte da luta pela terra é reconstruir sua vida e assim promover a reorganização do território conquistado, para materializar a possibilidade de trabalhar com liberdade². Reconhecemos os assentamentos como possibilidades dos camponeses em acessar outros modos de vida que se comunicam com seu passado, porém nem sempre a luta pela terra é sinônimo de luta pela reforma agrária. Pessoa (1999) faz uma distinção entre luta pela terra e luta pela reforma agrária:

(...) Os ocupantes de fazendas são camponeses, e, sobre índios e camponeses, Martins diz: “Estamos falando de grupos humanos e de categorias sociais que têm sido mantidos à margem, excluídos da História”. Fazendo uma distinção entre luta pela terra e a luta pela reforma agrária, diz Martins que a luta pela terra toca mais profundamente a estrutura social e a luta pela reforma agrária expressa uma certa conciliação, um acordo com as outras classes. Seguindo essa classificação, pode se dizer que o caso das ocupações de terra se define como luta pela terra. Quem entra em um caminhão nas madrugadas, carregando um alicate para cortar uma cerca de arame, o faz porque já se cansou das conciliações e das promessas políticas. (PESSOA, 1999, p.111)

Considerando os depoimentos colhidos no trabalho de campo, analisando as referências de vida dos camponeses que participaram da fase de acampamento, reconhecemos a luta pela terra como o processo de conquista do sonhado pedaço de terra,

² Essa a liberdade e a maneira como ela é interpretada pelos camponeses (descrita por eles como a conquista da terra, a liberdade de poder morar na própria terra e trabalhar por conta própria e mais a liberdade de não ter patrão), foi citada por 15 camponeses que atualmente vivem no assentamento, de um total de 22 entrevistados. Ao todo são 24 lotes no assentamento, mas nos dias da aplicação deste questionário, em dois lotes não encontramos as famílias. Nesta entrevista foi aplicado um questionário elaborado pelo professor Jadir de Moraes Pessoa, e ao final o entrevistado cita (espontaneamente) as três coisas mais importantes em viver no assentamento. Alguns que citaram a liberdade entre as coisas mais importantes, lembraram que a liberdade esta condicionada a geração de renda para manter a família.

do lugar de construir uma vida digna, como aprendeu ao longo de sua trajetória pessoal de vida e de trabalho. Muitas vezes, como disse Pessoa (1999), o camponês não se organiza de modo necessariamente revolucionário. No caso assentamento estudado havia um interesse do “dono da fazenda” que ela fosse desapropriada: na calada da noite ele oferecia leite para as crianças, carne para os acampados e dizia que tinha interesse na desapropriação da fazenda para usar o dinheiro na compra de outra propriedade, em outro estado da federação, onde já era dono de terras.

No contexto específico o apoio da Igreja Católica na região da Diocese de Goiás representou um suporte moral para os camponeses sem-terras, dando legitimidade ao movimento, afinal, entre os roceiros é praticamente unânime reconhecer a Igreja Católica como autoridade moral na sociedade brasileira. A conquista do assentamento representou a liberdade de viver na terra, de conquistar o território e imprimir nele o modo de vida camponês, mesmo que o sonho de ter um pedaço de terra e de trabalhar por conta própria seja relativa. Reconhece-se que o Estado³ como regulador do território deve ser levado em conta, sendo que é ele quem detém o poder jurídico e administrativo para a realização das desapropriações de terra e consequentemente de reforma agrária. A política agrária é refém do poder e da influência de uma elite agrária que possui uma considerável influência na política nacional. As decisões políticas de transformação da realidade agrária brasileira sempre estiveram nas mãos das elites que formaram e formam os governos.

A territorialização oportunizada com a criação de assentamentos rurais é a formação de um novo território, a partir de um território preexistente - aquele comandado pelo Estado, ou seja, a concepção de que parte ou fração deste território se desprende formando um novo território, obviamente com as suas contradições; de um lado representa uma conquista importante que pode ser entendida como uma representação contra a estrutura fundiária perversa. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar a

³ Estado, neste trabalho é entendido como no trabalho de Marques (2000): Entende-se o Estado, nos termos definidos por Lefévre (1973 e 1986), como uma formação política historicamente situada que ocupa uma posição central no mundo moderno. Neste sentido, o termo Estado é aqui empregado como sinônimo de Estado Moderno e Estado-nação. O Estado dispõe de meios, redes múltiplas, instituições variadas (fiscal, de ensino, polícia, justiça, etc) para conservar a unidade nacional e programá-la. Ele possui o poder de repressão e a capacidade legislativa ou contratual, que são utilizados em função de gestão e manutenção da ordem estabelecida. O Estado é concebido como entidade cuja atuação é pautada pela coerência e a racionalidade, baseada em regras impessoais que asseguram a igualdade de direitos para todos os cidadãos. Desta forma ele age como um importante sustentáculo da ideologia moderna capitalista, encobrendo as contradições sociais presentes, inclusive no interior do próprio Estado.(...)

dependência da ação de políticas públicas que visam beneficiar a elite de latifundiários e empresas de agronegócios. Nessa perspectiva e, reconhecendo toda essa conflitualidade de interesse, o conceito de territorialização relativo aos movimentos sociais no campo deve ser visto como processo de luta, pois a continuidade e a permanência no assentamento produzindo e sobrevivendo com dignidade depende da atuação do poder público, bem como da organização dos assentados, na reivindicação dos seus direitos e da instalação de infraestrutura básica.

Em Goiás a política de criação dos assentamentos rurais pode ser entendida como uma intervenção pontual do Estado na questão fundiária. Percebe-se nessa intervenção o objetivo de diminuir os conflitos no campo e como meio de controlar os movimentos sociais rurais que reivindicam uma verdadeira reforma agrária, sem, no entanto, promover mudanças substanciais na estrutura fundiária do país. Certas contradições não eliminam a necessidade de conhecimento e entendimento da territorialização. A compreensão da dinâmica dos acampamentos e assentamentos no espaço são fundamentais para o direcionamento das políticas públicas. Sobre a atuação do Estado na questão agrária, Marques destaca que:

Em relação a este ator, faz-se necessária a análise de sua atuação a partir do âmbito nacional para que se compreenda a sua participação no campo de lutas enfocado. A política de Reforma Agrária é da responsabilidade do Governo Federal, que atua, sobretudo por intermédio do INCRA, órgão encarregado da formulação e execução de sua política agrária desde 1970. Os níveis estadual e municipal têm participado do processo em geral de maneira complementar, atuando diferentemente, segundo os papéis desempenhados por suas respectivas instituições e de acordo com o ambiente político-institucional encontrado em cada lugar. O Estado brasileiro apresenta hoje uma ação diferenciada em relação à Reforma Agrária segundo o nível de governo considerado e a forma e de interação verificada entre eles em cada uma das fases deste processo. (MARQUES, 2000, p.82)

Como citado pela autora, em Goiás, assim como tem acontecido em todo país, a constituição dos assentamentos rurais não obedece a um modelo unívoco, pois são constituídos, na maioria dos casos, a partir das ocupações de terra por movimentos sociais que reivindicam o acesso à terra de trabalho. No entanto esses grupos apresentam uma grande heterogeneidade que pode ser constatado através dos relatos das trajetórias de vida das famílias e pelo acesso a parte da memória coletiva nos assentamentos.

Os assentamentos rurais são realidades conflitivas em que diferentes projetos estão dispostos: os individuais, os familiares; os grupais de cada assentamento e ainda os externos, propostos pelos diferentes mediadores. Somado a essa disputa pela organização dos assentamentos, existe a intervenção do Estado na aplicação de políticas públicas para o setor, que raramente contempla os anseios dos sujeitos aos quais tais políticas se destinam.

Entendemos os assentamentos rurais como realidade contraditória: ao mesmo tempo em que o camponês tem acesso a terra de trabalho, estão em curso fatores limitantes, no plano político, econômico e social à sua reprodução enquanto tal. É a partir dessa diversidade e também das similaridades do grupo que se busca compreender o assentamento rural como espaço de produção e reprodução da vida dos camponeses, um grupo formado por pessoas com origens diversas que compartilhavam um sonho comum: possuir um pedaço de terra para viver e trabalhar com dignidade.

2. O ASSENTAMENTO ITAPIRA NO MUNICÍPIO DE GOIÁS: CRIAÇÃO E PROCESSO

Ao estudarmos as formas de organização dos movimentos sociais de luta pela terra, devemos ponderar, como relata Santos (1985, p. 5), que “a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo.” Considerando o assentamento como resultado da luta travada pelos camponeses ao longo de uma trajetória, reconhecemos que a importância dessa luta, assim como a de cada elemento, muda seu papel no sistema temporal e no espacial (Santos, 1985, p.9).

Percebe-se que o movimento estudado tem sua temporalidade e espacialidade modificadas, pois, no final da década de 1980 essa luta estava diretamente ligada às ocupações de terra, as quais eram organizadas com o apoio de entidades como a CPT, a FETAEG e o MST. Naquele momento histórico o crescimento desses movimentos permitia relacionar a questão agrária com o desemprego, a fase de abertura política com o fim da ditadura militar, à desigualdade social, à violência e à re-territorialização do camponês excluído do campo pela agricultura capitalista. Neste estudo processo de re-territorialização está ligado ao sonho de possuir terra, de ser dono do próprio tempo de trabalho, como pode ser constatado por meio da interpretação das respostas fornecidas

pelos camponeses que acamparam na Fazenda Itapira. Durante a pesquisa de campo de 46% das famílias que acamparam e, depois, assentaram-se, 27% eram chefes de família e trabalhavam como agricultores/trabalhadores rurais diaristas nas fazendas da região. E a vontade de possuir terra era o que prevalecia na maioria dos casos.

A criação do assentamento Itapira se concretizou em definitivo após 3 anos de ocupação, em fevereiro de 1999, quando o chefe da Superintendência Regional do INCRA em Goiás, Giovanni Galessio Machado, assinou a solicitação de formalização do processo de criação do PA Itapira no município de Itapirapuã. Segundo relatos de assentados houve muita festa para comemorar a vitória da criação do assentamento e distribuição dos lotes. Após a formalização da criação do assentamento pelo INCRA se seguiu a distribuição dos lotes⁴ entre as famílias acampadas e mais os três ex-empregados da Fazenda que também receberam lotes. Conforme as palavras do assentado do lote número 1, um dos ex-empregados da Fazenda Itapira:

Depois que o INCRA formalizou a criação do assentamento, teve uma reunião para distribuição dos lotes, vieram os funcionários do INCRA de Goiânia e então foi feito um sorteio. Escreveram os nomes de cada um dos beneficiados em um papel e colocaram numa caixa e na outra caixa coloram os números dos lotes. No início os lotes foram enumerados do número um ao número vinte e dois. Assim depois da numeração que feita na frente de todo mundo, colocaram duas crianças para fazer o sorteio, uma tirava o nome de uma caixa e a outra tirava o número do lote da outra caixa. Os que tiveram sorte saíram com a terra perto da sede, assim já recebiam a terra prontinha com o pasto formado. Eu saí com o lote número 1. Aqui nesse lugar não tinha nada formado. Eu tive que fazer tudo, limpar, tirar o mato e formar tudo, esse pasto que você vê aqui, tudo fui eu quem tive que formar. Também não tinha casa, tive que construir essa casa. No início nós tivemos que morar num barracão feito de folha. Ai eu tinha minhas economias, pois fazia muitos anos que eu trabalhava nessa fazenda, pro Doutor Oswaldo. Graças a Deus hoje está assim! (Assentado do lote nº1, acervo de trabalho de campo)

Os atuais assentados que participaram do sorteio narram o momento com muito entusiasmo; descrevem a emoção ao saber da localização do lote, que, poderia ser uma boa surpresa quando o acampado recebia o lote perto da antiga sede e já contava com algumas “regalias”, como a proximidade da rede de energia elétrica, as pastagens que já

⁴ **Sorteio de Parcelas** - O INCRA realiza sorteios para designar o lote que caberá a cada família. Os beneficiados assinam com a autarquia o **Contrato de concessão de Uso (CCU)**, documento que dá direito ao assentado de morar e explorar a parcela pelo tempo que ele desejar e de receber sua posse, se cumpridas todas as exigências constante na legislação.

estavam formadas e o acesso facilitado às estradas. No sentido contrário, aqueles que recebiam o lote nas partes mais afastadas da sede sabiam que teriam mais dificuldades, pois como nos contou a assentada do lote 8, teriam que começar do “zero”:

“Aqui no nosso lote não tinha nada, tivemos que começar do zero, isso quer dizer que tivemos que fazer de tudo, assim como todos que ficaram com os lotes mais afastados da sede, teve que abrir estrada, derrubar o mato pra abrir o pasto, puxar a rede de energia. No começo era só sofrimento, nos dois primeiros anos dá muita vontade de desistir. Quase não tinha dinheiro para investir, pra começar a produzir. Não é que eu estou negando que o INCRA e o governo não mandam dinheiro. Tem sim, os empréstimos no início, pra construir a casa, pra comprar gado, mas é tão pouco que não dá pra nada. Tem que muita vontade de vencer tem que gostar muito de viver da terra, se não agente não consegue. Foi o que aconteceu com o meu irmão. Ele foi sorteado no lote 7, pertinho da sede, onde hoje é do seu Gabriel. Meu irmão era mecânico e não conhecia muito bem a lida da terra, no lote que ele recebeu já tinha tudo, o curral, o pasto, a energia e ainda era bem na beira da estrada. E mesmo assim e com ele trabalhando muito. Trabalhava o dia todo sem camisa no sol quente. Trabalhava muito. Muito mesmo, mas não sabia administrar, então deu tudo errado. E aí ele teve que vender o lote. Tem que conhecer o serviço da roça e mais ainda tem que gostar de trabalhar na terra.” (Assentada do lote 8, acervo de campo)

O local da sede da Fazenda Itapira, que já apresentava uma razoável infraestrutura, com energia elétrica, água e se encontrava às margens do corredor da estrada municipal que liga a sede do município de Itapirapuã à rodovia estadual GO-326, foi reaproveitado para o funcionamento de uma espécie de centro de convivência, onde foi instalada uma escola de ensino fundamental do primeiro ao quinto ano, que funcionou do ano 2000 até 2013, quando foi desativada. Nesse local também funcionam uma Igreja pentecostal e um campo de futebol.

O assentado do lote⁵ 1 nos recebeu com entusiasmo na ocasião do de trabalho de campo. Ele nos convidou para acompanhá-lo durante uma tarde de trabalho. No dia em questão mostrou todas as transformações que conseguiu produzir no lote que recebeu. Sua área é de 40,0771 hectares. Segundo seu depoimento após o sorteio cada família procurou se instalar no lote recebido, no mês de fevereiro do ano de 1999 e ele ficou com uma área que era tudo “mato” já que o proprietário ainda não tinha explorado e ela ainda se mantinha improdutiva.

⁵ Os camponeses utilizam a palavra lote para se referir à unidade territorial de cada família, a mesma indicação utilizada nos documentos oficiais do INCRA, este órgão também utiliza as palavras gleba ou parcela para designar cada unidade produtiva.

O assentado descreveu toda a sua luta diária e as várias dificuldades enfrentadas para chegar a produção, relatando com muito entusiasmo o trabalho que realizou. A maioria dos assentados disseram que os primeiros anos foram marcados por grandes dificuldades para que as famílias pudessem se estabelecer no lote. A esposa do assentado fez questão de nos mostrar o “barracão” que serve de uma espécie de depósito e também onde fica o fogão a lenha, que nos primeiros anos era a residência da família. Construída inicialmente com as paredes feitas com tábuas e coberta com folhas de palmeiras. Com a construção da casa de alvenaria parte do barracão foi conservado e à época da pesquisa era usado como depósito.

Figura 1 - Barracão que serviu como a primeira residência para a família do lote 1.



Fonte: Acervo das autoras, trabalho de campo.

As edificações e o trabalho de “desmatar” para os primeiros cultivos e a formação da pastagem que servirá de alimento para o gado gera muitos gastos. Assim são os primeiros anos dos assentamentos. Nesse caso específico o assentado nos conta que economias que possuía lhe permitiram construir a casa, as pastagens e o gado ele já tinha um pouco, pois ele era empregado do Doutor Oswaldo e trabalhava na sede da Fazenda Itapira. Segundo ele o patrão deixava ele “colocar seu gado no pasto da fazenda”. Mas para alguns assentados que receberam o lote “onde tinha que fazer de tudo como o dele e não tinha economia nenhuma” desistir era inevitável. Isso aconteceu com alguns vizinhos que “não pode assumir que fizeram isso por que o INCRA proíbe, apesar de a gente saber que faz”.

Figura 2 : Curral do lote número 1



Fonte: Acervo das autoras, trabalho de campo.

Figura 3 - Casa construída no lote nº 1



Fonte: Acervo das autoras, trabalho de campo.

As dificuldades no início da vida no assentamento e na transformação do espaço do lote em uma unidade produtiva são narradas por vários autores que pesquisaram os assentamentos em Goiás em outros estados do Brasil, como Pessoa (1999) e Bombardi (2004). Os primeiros anos de trabalho são muito difíceis para a maioria dos assentados, pois além da falta de infraestrutura básica eles não dispõem de recursos próprios para iniciar o trabalho na terra. Os incentivos do poder público são insuficientes, como relatou a maioria dos assentados entrevistados.

As declarações colhidas mostram que no início é preciso construir a casa para a família se abrigar, preparar a terra para plantar e para colocar o gado. Sendo assim os empréstimos e auxílios iniciais existem como a maioria afirmou, mas não são suficientes

para realizar o básico necessário para manter a família. Pessoa (1999) ainda destaca que passar da condição de empregado de fazenda para dono da terra é outra tarefa difícil, apesar de ser a realização de um sonho, pois antes como empregado, o camponês apenas recebia e cumpria ordens, depois que se torna dono precisa tomar as decisões certas, administrar de forma que torne a unidade produtiva. Ele precisa auferir renda para manter a família. Em sua pesquisa sobre os assentamentos em Goiás, Pessoa (1999) apontou, assim como Aurélio Viana encontrou em suas pesquisas no Paraná, as etapas inevitáveis na instalação do assentamento que são:

(...) A primeira é a consolidação da ocupação, que supõe um desfecho favorável nas negociações, a chegada à área, a demarcação dos lotes, enfim, a apreensão do espaço físico disponível na área. Mas isso ainda não é a redenção do trabalhador. A etapa mais importante e definidora é “o momento da garantia da permanência na área”, que pode ser, por exemplo, a realização da primeira colheita ou de várias colheitas. A garantia de permanência advirá da obtenção de recursos que realmente garantam a possibilidade de sobrevivência da família no lote, às vezes associando a venda da força de trabalho dentro ou fora do assentamento, o extrativismo vegetal etc. Sônia Bergamasco e Luiz Norder (1996, p. 10) chamam esta segunda etapa de “consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas”. (PESSOA, 1999, p. 155)

No assentamento Itapira verificou-se por meio das entrevistas e das falas informais outras etapas análogas às descritas pelo autor citado onde os camponeses descrevem com certo orgulho e satisfação o prazer de ter passado por todas elas e conseguir sobreviver com dignidade às fases de dificuldades. Após anos de existência o PA Itapira apresenta percentuais de desistência e venda de lotes de 20,8%. Este percentual está abaixo da média nacional, que Pessoa (1999) indica como sendo de 22%.

3. DA DESISTÊNCIAS E OBRIGAÇÃO MORAL – ELEMENTOS PARA CONCLUIR

Os assentados que estiveram acampados sentem certo constrangimento em falar dos moradores que desistiram do assentamento, tal como ocorreu na pesquisa de Pessoa (1999) “... no começo, os assentados, imbuídos de uma obrigação moral de mostrar a viabilidade do assentamento, sofriram muito com esse problema”. No assentamento em

questão, segundo as escutas de campo, os camponeses diziam que as desistências e vendas de lotes, geram muitos comentários, principalmente entre os vizinhos que não são assentados de que “eles (os assentados) só queriam terra para vender”, além disso “é muito recomendado pela Igreja Católica que ajudou muito, para não vender o lote” e acima de tudo “é proibido pelo INCRA”.

O assentado do lote 7 foi um dos camponeses que comprou o lote. Durante a entrevista ele relatou que seu sonho sempre foi ter sua própria terra, mas como o preço era muito alto, nunca conseguiu comprar, trabalhava em empreitas de roça, seu pai era camponês, então, sempre tinha vivido na zona rural. E assim o sonho de ter um pedaço de terra, se tornou cada vez mais forte:

“Eu sempre tinha vivido na roça, mudei pra cidade pros meus dois filhos estudarem, mas depois o mais velho foi estudar e trabalhar em Goiânia e o filho mais novo acabou casando. Então eu minha esposa não pensávamos em outra coisa senão a de mudar pra roça. Foi quando fiquei sabendo que esse lote tava à venda. Olhei e gostei, a terra era boa, então vendi tudo que tinha, a casa em Buriti de Goiás e comprei aqui. No início foi difícil, o pessoal que tinha acampado tinha um certo receio, mas depois que eles viram que a gente só queria trabalhar e viver aqui em paz, ficou tudo bem agora somos todos amigos”.
(Assentado do lote 7, acervo de campo)

A compra do lote se concretizou em 2001 embora o INCRA tenha concedido o título em 2005. O fato de o assentado ter comprado o lote, no início, segundo relato de sua esposa, gerou um certo desconforto entre os compradores e assentados que participaram do movimento desde a fase do acampamento. O procedimento de venda do lote é proibido, mas como descreveu Marques (2000) acaba sendo validado pelo INCRA *a posteriori*, sendo o comprador submetido ao controle territorial da comunidade:

Como o assentado não possui a propriedade da terra, ele vende o direito ao lote. Segundo o INCRA, ele vende as benfeitorias aí realizadas e deve abater do valor cobrado o montante de suas dívidas como assentado, que deverão ser assumidas por seu sucessor. Para a realização da transação pela via legal, é exigida uma série de documentos tais como o termo de desistência do cedente, declaração de débitos junto ao banco e ao INCRA, relação de benfeitorias com o respectivo valor, da declaração da associação dos assentados e ata de aprovação do candidato pela comunidade etc. (MARQUES, 2000, p. 215)

O assentado do lote sete, bem como os outros compradores, relataram que tiveram que passar por esses mesmos procedimentos, descritos por Marques, principalmente a de ser aceita pelo grupo e ter que apresentar todos os documentos exigidos pelo INCRA. A família do lote 18 viveu uma interessante história sobre a compra do lote, conforme relato:

“Quando nós compramos o lote, nós estávamos morando nos Estados Unidos, e, nosso sonho era juntar o dinheiro para comprar uma terra, para a gente viver e trabalhar. Isso aconteceu no ano 2000. O lote que nós compramos era de um assentado que tinha acabado de se separar. Nós mandamos o dinheiro que a gente tinha economizado lá nos Estados Unidos e enviamos para os parentes comprar para gente. Só que deu muito problema no início, pois os outros assentados e o INCRA, exigia que nós estivéssemos morando na terra, e, se isso não acontecesse a gente perderia o dinheiro da compra. Assim eu resolvi vir embora para iniciar a arrumação aqui no lote, pois não tinha quase nada pronto. Nós tivemos que fazer quase tudo e as economias que tínhamos juntado nos Estados Unidos ainda não era suficiente. E mesmo quando eu cheguei aqui as cobranças da associação do assentamento e do INCRA, não paravam, pois eles cobravam que a família tinha que viver no lote, e meu marido ainda estava fora e não tinha como ficar aqui sozinha, então ele veio embora também. No início foi muito difícil, pois a gente não tinha direito aos financiamentos e empréstimo, por que tinha comprado e ainda estava irregular. Então tivemos que fazer tudo por conta própria, a luta foi muito grande, tinha dia que eu chorava muito e pensava em desistir. Mas a gente conseguiu vencer e hoje eu não troco isso aqui por nada. (Assentada do lote 18, acervo de campo)

A fala da assentada do lote 18 corrobora com a interpretação de que o modo de vida camponês sobrevive na memória construída ao longo da trajetória de vida desses atores, que mesmo depois de passarem por várias experiências, como por exemplo, a experiência de viver de forma ilegal nos Estados Unidos com o objetivo de economizar e assim comprar um pedaço de terra para reproduzir o modo de vida camponês, que fez parte da sua vida na infância, até chegar a vida adulta. A lembrança da fatura, da liberdade de ter o controle do tempo de trabalho são fundamentos da vida camponesa, que estiveram presentes nas suas memórias e que justificaram toda uma vida de sacrifícios para concretizar o sonho de ter seu próprio pedaço de terra. O conflito entre iguais constitui ainda agenda aberta de pesquisas futuras que deverão ser feitas para que possamos entender a maneira como se deram os ajustamentos próprios no cotidiano da vida desses camponeses.

A luta pela reforma e a luta pela terra de trabalho nessa região, é impregnada de antagonismos que estão presentes na trajetória dos camponeses, que se associam os valores religiosos e morais e aspectos sociais, políticos e econômicos. Ao lado da reelaboração de uma consciência com valores da classe camponesa e das contradições do capitalismo, influenciados pelos ensinamentos dos mediadores e associados ao cotidiano de luta nos acampamentos, ainda persistem, na memória do camponês, valores constituídos pela sua vivência, como o compadrio. Reconhecemos esses aspectos como uma das contradições que se fundem na constituição da identidade⁶ camponesa dos assentados e que se pronunciam em suas falas e no modo como organizam seu dia a dia no território em construção na formação do assentamento.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALENTEJANO, P. R. R. Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural - urbano nos assentamentos rurais. 1997. Dissertação (1997) CPDA /UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. O que são Assentamentos Rurais? São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOMBARDI, L. M. O Bairro Reforma Agrária e o processo de Territorialização camponesa. São Paulo: Annablume, 2004.

LEFEBVRE, H. A Reprodução das Relações de Produção. Tradução: Antônio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973. 11

MARQUES, M. I. M. De sem-terra a “posseiro” - a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. 2000. 240 f. Tese (2000) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARTINS, J. de S. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Org). A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: EdUFRGS/CPDA, 1999. 279p.

⁶ Sobre a identidade camponesa, ver: RODRIGUES DA SILVA, Rusvênia L. B. *Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás-GO*. Presidente Prudente, 2003. Dissertação (mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista.

PESSOA, J. de M. *A Revanche Camponesa*. Goiânia: UFG, 1999.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva

Professora Associada III da Universidade Federal de Goiás onde exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão. Compõe o corpo docente do IESA, onde trabalha como professora da área de Geografia Humana, em níveis de graduação e pós graduação. Coordena o VEREDAS, grupo de estudos, pesquisa e extensão, vinculado ao LAGICRIARTE - Laboratório de Geografia, Imaginário, Criatividade e Arte. Email: rusvenia_silva@ufg.br / Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9491-0261>

Artigo recebido em 25/08/21 e aceito em 14/11/21